

**ABRACE**

NOTÍCIAS

>> UMA PUBLICAÇÃO DA ABRACE - ANO 4 - Nº 21 - JULHO 2010

Propostas aos presidenciáveis (pag.2)

ABRACE prepara Agenda de Política Energética com propostas para candidatos em favor da disponibilidade de energia em condições mais adequadas.

Gás competitivo (pag.3)

ABRACE cobra transparência na formação do preço do insumo.

Mercado livre mais forte (pag.4)

Durante Enerlivre, agentes discutem formas de fortalecer mercado e evitar desindustrialização do país.

EFICIÊNCIA SEM INEFICIÊNCIAS

Proposta de prorrogar cobrança da RGR para aplicação dos recursos em eficiência energética prejudica boas intenções do PNEf: caso seja colocada em prática, país perde oportunidade histórica de reduzir encargos e custo da energia.

A indústria vê com grande otimismo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo governo federal para definir um plano de eficiência energética para o país. É fundamental para a sociedade que existam orientações de como tornar seus processos mais eficientes, diminuindo o consumo de energia elétrica e de combustíveis com a manutenção dos mesmos níveis de produção. É necessário também que sejam definidas formas adequadas de financiamento desses projetos. Ciente da importância disto, a ABRACE tem contribuído, juntamente com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), com sugestões de aprimoramentos para o trabalho. O Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf) tem como principal objetivo tornar possível o cumprimento da meta de redução de 10% no consumo de eletricidade previsto para 2030.

A indústria não pode aceitar, no entanto, que a implantação do plano represente a manutenção de um peso desnecessário sobre os custos finais da energia. Essa preocupação se deve ao fato de o plano, pelo menos em sua versão preliminar (ainda em discussão), prever a manutenção da Reserva Global de Reversão (RGR) como fonte de recursos para a implantação das ações de eficiência energética.

Criada em 1957 com o propósito de constituir um fundo para cobrir os gastos da União com indenizações de eventuais reversões de concessões vinculadas ao serviço público de energia elétrica, a RGR deveria deixar de ser cobrada no final deste ano. Essa perspectiva é reforçada pelo fato de o encargo nunca ter sido utilizado para sua

finalidade original. Além disso, suas aplicações são redundantes com as de outros encargos. Isto porque, ao longo de sua história, a RGR acabou sendo destinada a outros fins. Hoje, cobre custos relativos a investimentos em fontes alternativas de energia, universalização do serviço e aproveitamento de recursos hídricos, entre outras funções.

A necessidade de encerrar a cobrança do encargo é reforçada pelo seu elevado valor e consequente impacto sobre os custos da energia. No ano passado, foram arrecadados R\$ 1,6 bilhão, ou seja, mais de 10% do total de encargos cobrados do setor elétrico (R\$ 13,7 bilhões). Junto com os impostos, esse alto volume de encargos é um dos principais responsáveis pelo fato de a energia elétrica ser fornecida no país com preços que estão entre os mais altos do mundo. Sua redução é fundamental para que o país consiga deixar as primeiras posições desse ranking, garantindo que sua indústria possa atuar de maneira competitiva no mercado externo e interno.

A ABRACE entende que, antes de se tomar qualquer decisão que envolva a cobrança de encargos para cobrir os custos do plano de eficiência energética, é preciso fazer uma estimativa precisa de qual será o volume de recursos necessários para que seja cumprida a meta. Além disso, é necessário avaliar as fontes de recursos existentes e a forma que esse dinheiro vem sendo distribuído hoje. É preciso, por exemplo, identificar a destinação dos recursos de Eficiência Energética já arrecadados atualmente por meio do encargo de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) para verificar se é a mais eficiente em termos de economia de energia.

Melhorias necessárias no PNEf

Além de questionar a forma de financiamento do PNEf, a ABRACE vê com preocupação o fato de o texto ignorar os aspectos térmicos. Não são definidas diretrizes nem metas para essa área, quando estimativas indicam que o maior potencial de eficiência energética – cerca de 80% – estão nesses

processos. Outra proposta é que os consumidores possam utilizar recursos de P&D arrecadados pela Aneel para a execução de projetos com resultados em eficiência energética para a indústria. Hoje, apenas as distribuidoras são autorizadas a usar esses recursos.

ENERGIA COMO QUESTÃO DE ESTADO

ABRACE apresenta aos candidatos à Presidência da República propostas e preocupações relativas à energia a serem consideradas nos programas de governo.

A ABRACE entende que, para o país manter o ritmo de crescimento econômico e desenvolvimento social de maneira sustentável nos próximos anos, terá de fortalecer suas bases. A energia é fundamental nesse processo. E não basta apenas que esteja disponível: tem de ser fornecida nas condições adequadas, com a qualidade que a indústria precisa e a um preço que possa pagar. Isso é fundamental para que nossas fábricas mantenham-se competitivas, de modo a poderem continuar contribuindo com o crescimento do país.

Considerando isso, a ABRACE preparou a Agenda de Política Energética 2011–2014 - Uma contribuição ao País, que será entregue nos próximos dias aos candidatos Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV). O objetivo é conscientizá-los sobre a gravidade da situação pela qual a indústria brasileira passa hoje no que se refere à energia, o que ameaça a sua competitividade. A expectativa é que as propostas e problemas apontados sejam considerados nos programas de governo dos candidatos. O quadro a seguir apresenta um resumo do texto.

1. Energia elétrica – Reversão das distorções dos encargos setoriais

A proposta da ABRACE é que o governo proíba a criação de novos encargos setoriais e vete as propostas de postergação da validade de encargos existentes, bem como impeça o uso das tarifas de energia como fonte de financiamento de programas cujos custos deveriam ser pagos pelo Tesouro Nacional. Além disso, é preciso eliminar das contas de luz os encargos setoriais que não têm relação direta com a geração, transmissão e distribuição de energia, bem como o financiamento de subsídios cruzados explícitos (fontes incentivadas, aquicultura e irrigação, Luz Para Todos e baixa renda) e subsídios cruzados implícitos (descontos compulsórios a consumidores rurais e empresas concessionárias de água, esgoto e saneamento), entre outros pontos.

2. Energia elétrica – Oferta e segurança de suprimento

A ABRACE defende que o destino das concessões de geração anteriores a 11 de dezembro de 2003 seja decidido de forma célere e onerosa, de modo a favorecer a modicidade tarifária e de preços. Deve-se permitir o acesso isonômico dos consumidores livres e cativos à energia dessas usinas. Os valores pagos pelas concessionárias devem ser usados para abatimento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e do Encargo de Serviços do Sistema (ESS). É preciso também priorizar a expansão do parque gerador por meio da construção de hidrelétricas, elevando ao máximo possível a capacidade de regularização dos reservatórios. Este aspecto pode ser beneficiado pelo mapeamento e demarcação legal das reservas potenciais de aproveitamentos hidrelétricos. Nesse tópico, também é preciso garantir ao consumidor livre o direito de comercializar excedentes contratuais, além de rever métodos e processos de gestão pública na aplicação da legislação ambiental brasileira, com foco na redução de prazos de exame de pleitos de licenciamento.

3. Energia elétrica – Tributação

A ABRACE recomenda que seja feita uma avaliação dos efeitos da diversidade de alíquotas do ICMS na competitividade nacional. É preciso também eliminar distorções, incluindo a aplicação da sistemática de “cálculo por dentro” do ICMS (que, na prática, faz com que a alíquota seja superior à inicialmente definida), bem como o valor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) da base de cálculo do ICMS. Por fim, é preciso desonerar os investimentos em geração de energia elétrica.

4. Energia elétrica – Inovações

Regulamentar a implantação dos polos industriais de compartilhamento de infraestrutura e aquisição de insumos. É preciso definir o tratamento a ser dado à compra de energia elétrica e à contratação do uso e da conexão aos sistemas elétricos por grupos de indústrias instalados na mesma área.

5. Gás natural

É urgente a regulamentação da Lei do Gás e a definição das normas complementares e instruções necessárias à sua efetiva implementação. A ABRACE recomenda ainda a implantação de uma política nacional de longo prazo para o gás natural que priorize o aumento da sua competitividade e a instituição de um planejamento integrado dos setores elétrico e de gás natural.

GÁS NATURAL: EM BUSCA DO PREÇO JUSTO E COMPETITIVO

ABRACE cobra aumento da transparência na formação do preço do insumo, de modo a garantir a competitividade das indústrias brasileiras dependentes do combustível.

A indústria brasileira não suporta mais os custos do gás natural. Além de reduzir a competitividade das indústrias de base, os valores elevados pressionam os custos de toda a cadeia produtiva. No caso do aço, por exemplo, vale lembrar o caso de uma montadora de automóveis que, recentemente, informou que o seu custo com a matéria-prima por aqui é cerca de 30% maior do que na Europa. Boa parte dessa diferença se deve aos custos da energia. Não é para menos: hoje, o gás natural no Brasil custa para o consumidor, em média, US\$ 12 por milhão de BTU, enquanto os concorrentes dos Estados Unidos, por exemplo, pagam US\$ 6,6.

Diante deste quadro trágico, uma das primeiras opções da indústria seria reduzir o consumo de gás, substituindo-o por outros energéticos. O problema é que, na maioria dos casos, essa transformação é impossível, por conta de restrições ambientais e do volume de investimentos necessários. Há setores, como o de vidro, que hoje são totalmente dependentes do gás.

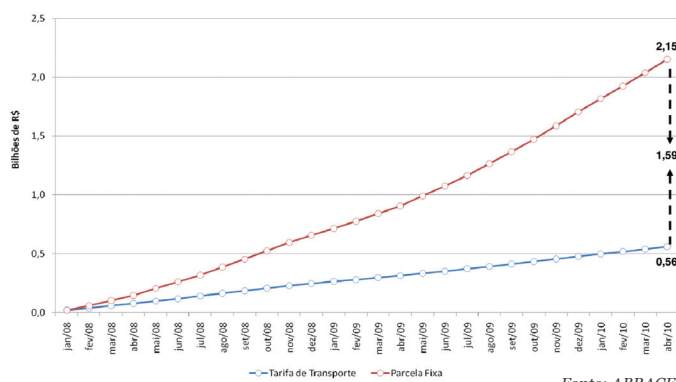
No início desta década, durante o processo de massificação do uso do gás natural implantado pela Petrobras, as indústrias foram convencidas das vantagens econômicas do combustível. Só que, de lá para cá, a realidade de preços se inverteu e, o que era para ser uma vantagem, tornou-se um pesadelo.

Para reverter esse quadro de falta de competitividade da nossa indústria, deve-se aumentar a concorrência no setor de fornecimento de gás natural e haver transparência na formação dos preços. Para ampliar a concorrência, é preciso aprovar a regulamentação da Lei do Gás e incentivar que os estados adotem as regras relativas ao consumidor livre, autoprodutor e autoimportador de gás. No médio prazo, essas regras favorecerão um aumento na concorrência no fornecimento do insumo, reduzindo seus custos. Já com relação à formação de preços,

há dúvidas principalmente em relação à chamada “parcela fixa”. Desde a criação dessa parcela pela Petrobras até abril último, houve uma transferência de cerca de R\$ 1,6 bilhão de recursos dos consumidores para a empresa.

A ABRACE tem colocado esses argumentos em todos os fóruns possíveis. Isso inclui participação ativa no procedimento que tramita no Ministério Público Federal (MPF) de São Paulo para apurar a atuação da Petrobras no setor, sob liderança do procurador da República Márcio Schusterschitz da Silva Araújo. Neste sentido, em julho do ano passado, a ABRACE encaminhou suas considerações à consulta do MPF sobre o tema e, em meados de junho último, participou de audiência pública para discutir questões relacionadas ao gás natural e seu fornecimento para a indústria. Em paralelo, a ABRACE é uma das entidades participantes do G14, grupo de agentes que vem discutindo o assunto junto ao Ministério de Minas e Energia e outras instâncias.

Faturamento acumulado Petrobras (Jan/08 a Abr/10)
Tarifa de Transporte x Parcela Fixa



Gás Natural: Monopólio impede desenvolvimento do mercado livre

Há muito tempo se fala no desenvolvimento do mercado livre de gás como uma forma de favorecer a ampliação do seu consumo em condições mais competitivas e dar maior dinamismo à cadeia de fornecimento. Este otimismo está relacionado à expectativa de trazer para o segmento um desenvolvimento semelhante ao do mercado livre de eletricidade. Só que, no caso do gás, as condições estão muito distantes. Enquanto o setor elétrico apresenta um profundo dinamismo, o mercado de gás ainda patina, principalmente por conta da concentração das atividades nas mãos da Petrobras.

A Lei do Gás pelo menos inicia a reversão das dificuldades. O consumidor livre poderá adquirir o insumo de qualquer fornecedor,

usando a rede de transporte existente, como acontece no setor elétrico. Essa possibilidade deve abrir espaço para o ingresso de outros agentes na produção, transporte e comercialização, garantindo, no médio prazo, o desenvolvimento da concorrência no fornecimento do gás natural. Mas, para que isso funcione, é preciso que os estados insiram a questão em sua legislação. Hoje, a maioria deles apresenta acesso fechado na comercialização durante toda a duração das concessões, cujos prazos variam de 30 a 50 anos. Além disso, nos únicos estados em que há previsão de abertura do mercado (Rio de Janeiro e São Paulo), ainda há dificuldades. A principal delas é exatamente a falta de diversidade de fornecedores.

ENERLIVRE: ENERGIA COMPETITIVA PARA EVITAR RISCO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS

No evento, foram discutidos cenários e formas de ampliação e fortalecimento do mercado livre de energia elétrica, entre outros temas.

O Brasil corre o risco de perder capacidade produtiva nos próximos anos por conta do custo elevado da energia. O alerta foi feito pelos agentes reunidos durante o Enerlivre - Encontro de Negócios entre Agentes do Mercado de Livre Contratação de Energia, que a ABRACE realizou nos dias 1º e 2 de junho, em São Paulo, em parceria com a Método Eventos. O encontro reuniu mais de 350 agentes do setor de energia, incluindo consumidores, geradores, comercializadores e outros especialistas.

Além de debater formas para fortalecer e aumentar o mercado livre de energia, o Enerlivre tratou dos principais desafios da indústria no que se refere ao suprimento de energia, especialmente para a expansão do parque industrial. A programação incluiu painéis sobre a visão dos partidos políticos a respeito da situação da energia no país, cenários de oferta, demanda e preços, funcionamento do mercado livre em outros países, excedentes de energia, certificados e situação do mercado de gás natural, entre outros temas.

Os representantes das indústrias mostraram-se muito preocupados com o impacto dos altos custos da energia sobre seus negócios. Na avaliação do presidente da Abal (alumínio), Adjarma Azevedo, a partir de 2012, o país terá de importar alumínio por conta das dificuldades de a indústria se expandir por aqui devido ao elevado custo da energia elétrica. A superintendente do Instituto Aço Brasil, Cristina Yuan, mostrou que a produção brasileira de aço ainda não se recuperou em relação ao volume registrado antes da crise de 2008 e destacou que é necessário garantir o suprimento de energia tendo em vista o programa de expansão da indústria do aço no país. Na avaliação dos agentes, a redução de encargos e tributos sobre a energia seria uma das principais formas possíveis de se aumentar a competitividade da indústria brasileira.

O tema também foi alvo de críticas por parte dos representantes do PV e PSDB presentes no evento. O consultor Roberto Kishinami, pelo PV, defendeu a realização de uma reforma dos encargos setoriais.

Representando o PSDB, o economista Geraldo Biazoto criticou a “opacidade orçamentária” do setor elétrico e alertou em relação ao risco de “desindustrialização” do país por conta dos custos elevados da energia. Já o professor Nivalde de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendeu a forma com que o atual governo tem trabalhado na questão da energia, destacando a segurança energética do país e seu baixo impacto ambiental.

Os representantes dos partidos de oposição também criticaram a situação do preço do gás natural, hoje definido pela Petrobras sem qualquer transparência. O assunto preocupa tanto os órgãos reguladores como os consumidores. Nesse sentido, o presidente do Conselho Diretor da ABRACE, Érico Sommer, citou o caso da própria empresa em que trabalha – a Gerdau, onde é diretor de Energia – que paga US\$ 12 por milhão de BTU nas operações no Brasil e menos da metade, US\$ 5, nos Estados Unidos.

Certificados de energia – O diretor Comercial e de Produtos da Cetip, Jorge Sant’Anna, mostrou que o setor elétrico deveria passar por processo semelhante ao verificado no mercado imobiliário e agropecuário no que se refere às formas de financiamento: no passado recente, esses setores também dependiam fundamentalmente do governo como principal fonte de recursos, mas conseguiram estruturar formas de captar recursos no mercado de capitais. A criação dos certificados de energia seria uma forma de o processo se desenvolver no setor.

Cobertura da imprensa – O Enerlivre recebeu ampla repercussão na imprensa. Nos meses de maio e junho, foram publicados 30 artigos e reportagens citando o encontro ou tratando de temas discutidos no seminário. Esse trabalho de comunicação envolveu tanto a divulgação do evento em si (por meio da publicação de notas de agenda) como a promoção das causas defendidas pela ABRACE sobre o mercado livre. Neste sentido, foram registradas seis veiculações de artigos assinados por diretores da ABRACE sobre temas discutidos no evento.

Expediente

Esta é uma publicação da ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres

Coordenador
Luciano Pacheco
diretor técnico-regulatório da ABRACE

Execução



Jornalista responsável
Odete Pacheco (MTB 15.268)

Reportagem
Clara Barufi e Daniela Lessa

Diagramação
Karine Pacheco

Revisão
Tatiana Calhordo

Fone:
(61) 3878 3500

e-mail
abrace@abrace.org.br
sp4com@sp4com.com.br